



59)RECURSO N.º 5866 - Processo Susep n.º 15414.003713/2006-34 - Recorrente: Companhia de Seguros Minas Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
60)RECURSO N.º 5867 - Processo Susep n.º 15414.004400/2005-12 - Recorrente: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.  
61)RECURSO N.º 5868 - Processo Susep n.º 15414.002771/2006-41 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.  
62)RECURSO N.º 5869 - Processo Susep n.º 15414.004218/2008-12 - Recorrente: Tokio Marine Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.  
63)RECURSO N.º 5902 - Processo Susep n.º 15414.100354/2005-81 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
64)RECURSO N.º 5909 - Processo Susep n.º 15414.004467/2006-38 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
65)RECURSO N.º 5922 - Processo Susep n.º 15414.200120/2008-86 - Recorrente: MBM Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
66)RECURSO N.º 5940 - Processo Susep n.º 15414.100281/2007-90 - Recorrente: HSBC Seguros (Brasil) S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
67)RECURSO N.º 5951 - Processo Susep n.º 15414.003526/2006-51 - Recorrente: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
68)RECURSO N.º 5967 - Processo Susep n.º 15414.100838/2007-92 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
69)RECURSO N.º 5990 - Processo Susep n.º 15414.000279/2009-83 - Processos Apensos n.ºs: 15414.000280/2009-16, 15414.000278/2009-39, 15414.000276/2009-40, 15414.000277/2009-94 e 15414.000274/2009-51 - Recorrente: Euler Hermes Seguros de Crédito S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
70)RECURSO N.º 6013 - Processo Susep n.º 15414.002879/2009-86 - Recorrente: Aplub Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
71)RECURSO N.º 6047 - Processo Susep n.º 15414.100519/2008-68 - Recorrente: QBE Brasil Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
72)RECURSO N.º 6052 - Processo Susep n.º 15414.003358/2009-46 - Recorrente: Munich RE do Brasil Resseguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
73)RECURSO N.º 6069 - Processo Susep n.º 15414.001397/2008-28 - Recorrente: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
74)RECURSO N.º 6132 - Processo Susep n.º 15414.003381/2009-31 - Recorrente: Itaú XL Seguros Corporativos S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
75)RECURSO N.º 6136 - Processo Susep n.º 15414.200314/2007-09 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

76)RECURSO N.º 6146 - Processo Susep n.º 15414.200106/2009-63 - Recorrente: GBOEX - Grêmio Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
77)RECURSO N.º 6153 - Processo Susep n.º 15414.002258/2008-11 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
78)RECURSO N.º 6157 - Processo Susep n.º 15414.100729/2007-75 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
79)RECURSO N.º 6158 - Processo Susep n.º 15414.002480/2005-71 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
80)RECURSO N.º 6161 - Processo Susep n.º 15414.004236/2009-77 - Recorrente: Aplub Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.  
81)RECURSO N.º 6168 - Processo Susep n.º 001-00374/97 - Recorrente: Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
82)RECURSO N.º 6169 - Processo Susep n.º 15414.003019/2009-60 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.  
83)RECURSO N.º 6179 - Processo Susep n.º 15414.002497/2006-18 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.  
84)RECURSO N.º 6194 - Processo Susep n.º 15414.200133/2008-55 - Recorrente: Ace Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
85)RECURSO N.º 6201 - Processo Susep n.º 15414.100337/2003-82 - Recorrente: Liberty Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.  
86)RECURSO N.º 6208 - Processo Susep n.º 15414.100098/2006-11 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
87)RECURSO N.º 6211 - Processo Susep n.º 15414.200308/2008-24 - Recorrente: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
88)RECURSO N.º 6218 - Processo Susep n.º 15414.000130/2008-13 - Recorrente: Companhia de Seguros Previdência do Sul; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
89)RECURSO N.º 6219 - Processo Susep n.º 15414.300045/2009-33 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
90)RECURSO N.º 6228 - Processo Susep n.º 15414.003667/2005-92 - Recorrente: Brasilcred Clube de Seguros S/C Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
91)RECURSO N.º 6229 - Processo Susep n.º 15414.200255/2008-41 - Recorrente: Seguridade Clube de Seguros Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
92)RECURSO N.º 6231 - Processo Susep n.º 15414.003512/2009-80 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
93)RECURSO N.º 6255 - Processo Susep n.º 15414.200319/2008-12 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Re-

corrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
94)RECURSO N.º 6261 - Processo Susep n.º 15414.003597/2010-30 - Recorrente: Sul América Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
95)RECURSO N.º 6284 - Processo Susep n.º 15414.200031/2011-35 - Recorrente: MBM Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
96)RECURSO N.º 6309 - Processo Susep n.º 15414.002025/2009-08 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
97)RECURSO N.º 6322 - Processo Susep n.º 15414.003607/2009-01 - Recorrente: Associação de Proteção aos Automóveis de Passeio - APROAUTO; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
98)RECURSO N.º 6358 - Processo Susep n.º 15414.001141/2009-00 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
99)RECURSO N.º 6395 - Processo Susep n.º 15414.001391/2011-56 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
100)RECURSO N.º 6435 - Processo Susep n.º 15414.004968/2011-81 - Processo Apenso n.º 15414.004969/2011-26 - Recorrente: Brib Corretora de Resseguros Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
101)RECURSO N.º 6447 - Processo Susep n.º 15414.200148/2010-38 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
102)RECURSO N.º 6455 - Processo Susep n.º 15414.100661/2008-13 - Recorrente: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
103)RECURSO N.º 6480 - Processo Susep n.º 15414.100184/2011-83 - Recorrente: BP Previdência Privada S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
104)RECURSO N.º 6482 - Processo Susep n.º 15414.004173/2011-73 - Recorrente: Potencial Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.  
105)RECURSO N.º 6497 - Processo Susep n.º 15414.005760/2011-80 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
106)RECURSO N.º 6498 - Processo Susep n.º 15414.100351/2011-96 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
107)RECURSO N.º 6503 - Processo Susep n.º 15414.003464/2006-87 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
108)RECURSO N.º 6514 - Processo Susep n.º 15414.002016/2009-17 - Recorrente: Generali Brasil Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.  
109)RECURSO N.º 6530 - Processo Susep n.º 15414.100372/2008-14 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

Rio de Janeiro-RJ, 10 de março de 2014.  
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA  
Presidente do Conselho

MÁRCIA GIMENES PANZA  
Coordenadora  
Substituta

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.456, DE 10 DE MARÇO DE 2014

Altera a Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a utilização de declaração simplificada na importação e na exportação, altera a Instrução Normativa RFB nº 1.385, de 15 de agosto de 2013, que dispõe sobre a Declaração Eletrônica de Bens de Viajante (e-DBV), sobre o despacho aduaneiro de bagagem acompanhada e sobre o porte de valores, e altera a Instrução Normativa RFB nº 1.293, de 21 de setembro de 2012, que dispõe sobre o despacho aduaneiro de bens procedentes do exterior destinados à utilização na Copa das Confederações Fifa 2013 e na Copa do Mundo Fifa 2014, de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, nos arts. 155 a 168 e 578 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, na Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 53, de 15 de dezembro de 2008, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 6.870, de 4 de junho de 2009, e na Portaria MF nº 440, de 30 de julho de 2010, resolve:

Art. 1º O art. 4º da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Poderão ser utilizados os formulários de Declaração Simplificada de Importação (DSI), Folha Suplementar e Demonstrativo de Cálculo dos Tributos, nos modelos constantes respectivamente dos Anexos II a IV desta Instrução Normativa ou, alternativamente, esses mesmos formulários no

formato de planilha eletrônica, disponibilizada no sítio da RFB na Internet no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>, instruídos com os documentos próprios para cada caso, quando se tratar do despacho aduaneiro de:

§ 3º Os formulários de DSI de que trata o caput, bem como os demais documentos de instrução do despacho, deverão ser anexados a dossiê digital de atendimento nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.412, de 22 de novembro de 2013." (NR)

Art. 2º Os arts. 1º, 2º e 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.385, de 15 de agosto de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A declaração de bens de viajante em deslocamento internacional e o despacho aduaneiro de bagagem acompanhada realizados com base na Declaração Eletrônica de Bens de Viajante (e-DBV) ou na Declaração de Bens de Viajante (DBV-formulário) observarão as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.059, de 2 de agosto de 2010, e, em especial, desta Instrução Normativa." (NR)

"Art. 2º .....  
§ 2º A obrigação de declarar a que se refere o caput também poderá ser cumprida mediante a utilização da Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA), conforme o modelo estabelecido pela Instrução Normativa RFB nº 1.059, de 2010, ou da DBV-formulário, de acordo com o modelo constante do Anexo Único desta Instrução Normativa, até as seguintes datas:

II - 31 de agosto de 2015, para os viajantes nos demais modais de transporte.

§ 10. As unidades da RFB deverão manter formulários impressos, para serem utilizados exclusivamente nos casos de impossibilidade técnica de apresentação da e-DBV pelo viajante, de:

I - DBV-formulário (versão em português), de acordo com o modelo constante do Anexo Único desta Instrução Normativa, e de suas versões em idiomas estrangeiros disponibilizadas pela Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana); ou





## TERMO DE RESPONSABILIDADE

 Ministério da Fazenda	<h1 style="margin: 0;">TERMO DE RESPONSABILIDADE</h1>	 Receita Federal
Unidade da RFB: _____		
<b>1. PRAZO – ADMISSÃO TEMPORÁRIA – IN RFB Nº 1.293/2012</b>		
Prazo _____	Data máxima para retorno _____	
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DA DELEGAÇÃO ESTRANGEIRA</b>		
Nome _____		
Responsável _____	Passaporte _____	
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE OU OPERADOR LOGÍSTICO</b>		
Nome completo _____		CPF _____
Endereço _____		
<b>4. COMPOSIÇÃO DO VALOR</b>		
Valor FOB (US\$) _____	Valor CIF (US\$) _____	
<b>5. DECLARAÇÃO DO BENEFICIÁRIO</b>		
Declaro assumir inteira responsabilidade pelo integral cumprimento das obrigações constantes no presente termo, comprometendo-me a recolher aos cofres públicos, em razão do descumprimento do regime, no prazo de 30 dias, o valor total dos tributos relativos aos bens declarados na respectiva DSI.		
Assinatura do beneficiário ou procurador: _____		

**USO ESCLUSIVO DA RFB**

<b>6. DADOS DO DESPACHO ADUANEIRO</b>	
Nº da DSI _____	Nº do Conhecimento de carga _____
Data _____	Assinatura _____ Matricula _____
<b>7. BAIXA DO TERMO DE RESPONSABILIDADE</b>	
<b>O regime foi extinto em virtude de:</b>	
<input type="checkbox"/> 1. Reexportação <input type="checkbox"/> 2. Entrega à Fazenda Nacional <input type="checkbox"/> 3. Destruição <input type="checkbox"/> 4. Transferência para outro regime <input type="checkbox"/> 5. Despacho para consumo <input type="checkbox"/> 6. Doação (Lei nº 12.350/2010)	Nº da DE/DSE: _____ Nº do termo: _____ Nº do termo: _____ Nº do DTR: _____ Nº da DI/DSI: _____ Nº do termo: _____
Data _____	Assinatura _____ Matricula _____
<b>8. LIQUIDAÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA</b>	
<b>9. EXECUÇÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE</b>	
Tendo em vista o inadimplemento do compromisso, encaminhe-se à Procuradoria da Fazenda Nacional para, nos termos da IN SRF nº 117, de 31 de dezembro de 2001, proceder-se à inscrição em Dívida Ativa.	
Data _____	Assinatura _____ Matricula _____
<b>10. OBSERVAÇÕES</b>	

~~INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.457, DE 10 DE MARÇO DE 2014~~

~~Estabelece normas sobre ressarcimento em espécie e dedução de ofício do crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa nas condições que estabelece, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.~~

~~O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e na Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, resolve:~~

~~CAPÍTULO I~~  
~~DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO~~

~~Art. 1º-O ressarcimento em espécie e a dedução de ofício de créditos presumidos apurados com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa serão efetuados conforme o disposto nesta Instrução Normativa.~~

~~CAPÍTULO II~~  
~~DAS INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS~~

~~Art. 2º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito e administradoras de consórcio, poderão apurar crédito presumido a partir de provisões para créditos de liquidação duvidosa, em cada ano-calendário, quando apresentarem de forma cumulativa:~~

**VALORES PORTADOS EM ESPÉCIE**

<b>Entrada no País ( )</b>	<b>Saída do País ( )</b>	
<b>Moeda</b>	<b>Valores nas moedas</b>	<b>Valores em Reais</b>
<b>Total em Reais</b>		

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas são verdadeiras e completas.

Data \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_ Folhas suplementares \_\_\_\_\_

**PARA USO OFICIAL**

**Os bens constantes desta declaração foram entregues com:**

( ) isenção  
 ( ) pagamento de imposto no valor de \_\_\_\_\_  
 ( ) admissão temporária concedida \_\_\_\_\_  
 ( ) pendência de pagamento no valor de \_\_\_\_\_

**Porte de de valores:**  
 ( ) Validado ( ) Não validado

Data \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

**Controle sanitário, ambiental ou de segurança**

**Órgão responsável:** \_\_\_\_\_  
**Concluída a verificação, certifico:**  
 ( ) a regularidade da importação  
 ( ) a irregularidade da importação, em virtude \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

**LEIA COM ATENÇÃO ANTES DE PREENCHER SUA DECLARAÇÃO**

**É necessário declarar o Port de Valores em Espécie:**  
O viajante que portar valores em espécie superiores a R\$ 10.000,00 ou o equivalente em outras moedas, deverá preencher DBV e apresentar-se à fiscalização aduaneira para validação, se na saída ao exterior, antes do embarque; e na chegada ao País, no canal de bens a declarar.

**NÃO é necessário descrever na presente declaração de bagagem:**

- livros, folhetos e periódicos;
- bens de uso ou consumo pessoal ou profissional, **usados, em quantidade e qualidade compatíveis com a duração e a finalidade da sua permanência no exterior;**
- bens adquiridos no exterior, no valor total de até US\$ 500,00 (viagens por via aérea ou marítima), ou até US\$ 300,00 (viagens por via terrestre, fluvial ou lacustre); e
- bens adquiridos em loja franca (free shop) na chegada ao país.

**Bens sujeitos à Tributação Especial (que permanecerão no País):**  
Excedidos os limites de isenção anteriormente mencionados dentro dos limites quantitativos, tributa-se o excedente à alíquota de 50% do valor total que ultrapassar os limites de isenção. Os limites são individuais, e poderão ser utilizados somente a cada intervalo de um mês.

**Limites quantitativos (para bens que permanecerão no País):**  
A tributação aplica-se apenas aos bens que não excederem os seguintes limites quantitativos:

- bebidas alcoólicas: 12 litros, no total;
- cigarros: 10 maços, no total, contendo, cada um, 20 unidades;
- charutos ou cigarrilhos: 25 unidades, no total;
- fumo: 250 gramas, no total;
- bens não relacionados nos itens anteriores, de valor unitário inferior a US\$ 10,00 (viagens por via aérea ou marítima), ou US\$ 5,00 (viagens por via terrestre, fluvial ou lacustre): 20 unidades, no total, desde que não haja mais do que 10 unidades idênticas; e
- bens não relacionados nos itens anteriores: 20 unidades (viagens por via aérea ou marítima), ou 10 unidades (viagens por via terrestre, fluvial ou lacustre), no total, desde que não haja mais do que 3 unidades idênticas.

[illegible][illegible][illegible]